

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA

NUNO COIMBRA MESQUITA

A participação política é dimensão crucial dos regimes democráticos. Ainda que grande parte da teoria democrática do início até meados do século XX tenha relegado a participação a segundo plano, considerando-a apenas no sentido de inclusão na comunidade política apta a escolher seus representantes, o período posterior viu elaborações teóricas em que esta perspectiva mudou. Assim, a participação passou a ser vista não apenas como mecanismo de legitimação de escolha de líderes políticos, mas como forma essencial de envolvimento mais intensivo com diversas outras áreas da vida pública, seja em movimentos sociais, na vida dos partidos políticos, no monitoramento da atuação de agentes públicos e na influência junto a decisões que afetam a vida das pessoas, como as políticas públicas.

Com o objetivo de avançar no estudo da participação política no Brasil, este livro tentou – a partir de óticas complementares – avaliá-la sob a perspectiva de sua complementariedade com o sistema representativo. A primeira distinção útil feita nesta discussão, foi considerar tanto diversos fatores e determinantes das distintas modalidades de participação política, quanto diferentes mecanismos de participação. Nesta primeira sessão, foi o caso de avaliar a participação pela ótica da cultura política. O capítulo de Tranjan apresentou um balanço crítico da literatura a respeito da participação política no Brasil, o que permitiu situar as contribuições dos demais capítulos deste livro, isto é, lançar um olhar empírico sobre esta dimensão crucial democracia, tentando compreender em que medida ela aprimora a qualidade democrática. Neste sentido, o capítulo de Arbache apresentou uma novidade em relação a literatura sobre o voto obrigatório.

A conclusão é que – mais do que provocar um aumento da participação – o voto obrigatório no Brasil tem efeitos sobre a qualidade da participação, impactando a distribuição de quem participa, o que potencialmente tem implicações em relação a efeitos distributivos sobre as políticas públicas.

Os estudos aqui apresentados também confirmam a perspectiva de que a participação política se dá mais de forma complementar – do que em contraposição – às estruturas representativas. É o caso das conclusões do capítulo de Vieira Fernandez e Mesquita, que apresentam a avaliação de que, ainda que se possa considerar uma certa crise de instituições democráticas, como os partidos políticos, a participação política não institucionalizada não aparece de maneira antagônica à participação por meio de partidos. Também outras formas de participação não institucionalizadas, representadas pelas novas modalidades de participação *online*, mostraram-se mais associadas as formas mais tradicionais de participação do que em relação as mais contenciosas, como demonstrado no capítulo de Mesquita e Antoni. Outro aspecto considerado pela literatura é o potencial impacto negativo que o consumo de mídia teria sobre em relação à participação. Não obstante, o capítulo de Mesquita contraria esta hipótese, encontrado associações positivas em relação ao consumo de vários meios de comunicação sobre diversas modalidades de participação.

Além da perspectiva das orientações individuais como forma de avaliar a participação política, a segunda sessão deste livro compreendeu textos que procuraram lançar um olhar mais detalhado sobre três mecanismos específicos de participação. No caso do capítulo de Cesário, o mecanismo em questão é a dos grupos de pressão que, por natureza, têm implicações diretas sobre a interação com o sistema representativo. Os resultados do capítulo apontam para uma semelhança da composição destes grupos em relação a outras democracias consolidadas no mundo. Por outro lado, também levantou a importante questão dos grupos com relação direta com o Estado. A categoria destes grupos – que compreende aqueles que tiveram sua criação feita por lei ou recebem recursos do Estado – esteve entre as que contaram com maior participação e diversidade de temas, o que tem implicações sobre a estrutura de representação e o papel do Estado na organização da sociedade civil.

Do ponto de vista de mecanismos de participação direta, em que pese o potencial de atuarem em conjunto com as instituições representativas para contribuir com a orientação de políticas públicas, Rauschenbach conclui em seu capítulo que, no caso brasileiro, estes mecanismos encontram sérias limitações na legislação e na estrutura do sistema político, o que de certa maneira restringiria esta participação. Por outro lado, a sociedade civil, ao menos potencialmente, possui formas de tentar contrabalançar esta limitação, se utilizando das novas tecnologias da informação para pressionar e fazer uso destes mecanismos. Esta é a constatação de Santos em seu texto, ao fazer uma avaliação do caso da lei da “Ficha Limpa”. Apesar de contar com a antipatia do *establishment* político, a lei conseguiu ser aprovada após ser iniciada por um mecanismo de participação direta, e também pela pressão pública auxiliada pelas novas tecnologias da informação.

A participação política, como fenômeno e dimensão indissociável dos regimes democráticos, têm implicações profundas sobre a vida dos cidadãos das comunidades políticas. Esta coleção de capítulos aponta tanto para uma série de fatores da cultura política dos brasileiros associadas a esse tipo de engajamento cívico, como também contribui na avaliação de diversas relações que a sociedade civil estabelece com o Estado. É certo que a despeito da importância normativa da participação para os regimes democráticos, podem haver certas limitações no seu exercício pleno, sejam motivadas por orientações culturais, sejam por mecanismos institucionais. Mas também é certo – como apontam os estudos reunidos neste livro – que a participação é fundamental no aprofundamento da relação entre o cidadão e sua comunidade política e, por extensão, da qualidade da democracia brasileira.

SOBRE OS AUTORES

GUILHERME PIRES ARBACHE é mestre em Ciência Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. Pesquisador associado do NUPPS-USP, seu foco de pesquisa é participação política no Brasil. Trabalhou também com pesquisa em políticas sociais e governança global e escreve no Blog A Different View, da IAPSS (International Association of Political Science Students). guilhermearbache@gmail.com

J. RICARDO TRANJAN é Doutor em Ciência Política (2012) pelo programa de “Global Governance” da University of Waterloo, Canadá. É autor do livro *Participatory Democracy in Brazil: Socioeconomic and Political Origins* (University of Notre Dame Press, 2015). Seu mestrado (2008), no mesmo programa, comparou os discursos e práticas participativas na cidade de Porto Alegre e foi publicado como capítulo no livro *The Brazilian State: Debate and Agenda* (Lexington Books, 2011). Também contribuiu para os periódicos *Studies in Political Economy* (Canadá), *Revista de Ciencia Política* (Chile), and the *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies* (Canadá). Atualmente, é formulador de políticas públicas na Prefeitura de Toronto; seu principal projeto é a formulação de um estratégia de combate a crescente desigualdade social na cidade. jrtranjan@gmail.com

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS é cientista político, jornalista e escritor. Graduado em Ciências Sociais pela USP, mestre em Política e Governo pela University of Essex, doutor em Ciência Política pela USP. Foi Secretário Nacional de Apoio à Cultura e Secretário Nacional de Audiovisual. É Professor Titular de Ciência Política da USP e diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs da USP. Dedicar-se aos estudos de teoria empírica democrática e comportamento político, tendo se especializado nos temas de transição política, democratização, cultura política e sociedade civil, cidadania e direitos, instituições democráticas e qualidade da democracia. jamoisés@usp.br

MARCELO BURGOS PIMENTEL DOS SANTOS é professor de Sociologia e Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bacharel em Ciências Sociais pela PUC-SP (1999), mestre (2003) e doutor (2012) em Ciências Sociais (Política), pela mesma instituição. Atualmente

faz pesquisa de pós-doutoramento no NUPPs/USP. É líder do grupo de pesquisa GETS (Grupo de Estudos em Estética, Técnica e Sociedade) do DCS/UFPB/CNPq. Nos últimos anos tem pesquisado a relação entre TICs e política. marcelo-burgos@uol.com.br

MICHELLE FERNANDEZ possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Salamanca. Atuou como assistente de projetos e pesquisadora na Universidade de Salamanca de 2007 a 2012. Atualmente trabalha como pesquisadora e professora colaboradora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. michelle.vfernandez@gmail.com

NUNO COIMBRA MESQUITA é graduado em Ciência Política pela UnB, mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa e doutor em Ciência Política pela USP. Fez pós doutorado no Departamento de Ciência Política da USP com apoio da FAPESP, com estudo sobre mídia, apoio político e cultura política. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs da USP e membro do comitê executivo da RC-22 – IPSA. Dedicou-se aos estudos de teoria empírica da democracia, tendo se especializado nos temas de meios de comunicação, instituições democráticas e cultura política. mesquita@usp.br

PABLO SILVA CESÁRIO possui graduação em Ciência Política (2004) e Relações Internacionais (2004) e é doutor em Política Internacional e Comparada, todos pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente é Gerente Executivo na Confederação Nacional da Indústria, onde atua com políticas públicas, e pós doutorando na Universidade de São Paulo, onde investiga grupos de interesse no Brasil. pscesarior@yahoo.com.br

ROLF RAUSCHENBACH possui pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2013 e 2011), doutorado em Ciência política (2008), mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (1997) e graduado (1993) em Economia e Administração, todos pela Universidade de St. Gallen, com intercâmbios em Economia e Administração (Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Bélgica e New York University, EUA), em Ciência Política (Institut des Études Politiques de Paris, França) e em Filosofia (Universität Basel, Suíça). Atualmente é pesquisador afiliado do NUPPs Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e consultor independente de estratégia. Atua principalmente nos seguintes temas: democracia direta e estratégia. rolf@rauschenbach.ch

SORAIA MARCELINO VIEIRA possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Teve bolsa sanduiche da cooperação CAPES/Fundação Carolina, na Universidade de Salamanca entre 2010 e 2011. Atuou como pesquisadora de apoio acadêmico na Universidade

Estadual do Norte Fluminense entre 2012 e 2014. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, atuando no curso de Políticas Públicas no Instituto de Educação de Angra dos Reis e membro titular da Flacso Espanha. soraiamv@id.uff.br

STEFANIA LAPOLLA CANTONI é mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista CAPES. É formada em Ciência Política pela Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER-Argentina). Atualmente participa do projeto de pesquisa Democracia Digital, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Concentra sua pesquisa na área do comportamento político, com especial ênfase na cultura política, participação política e qualidade da democracia. stefania.lc@hotmail.com